

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS
08:00 HORAS.

ATA Nº 108 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO JAIR MARIANO

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao nobre Deputado Pedro Satélite que assuma a 1ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A 1ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao Sr. 2º Secretário que proceda à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 1º DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para a leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - "Ofício nº 9.229, do Conselheiro Relator do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando processo que trata da Permissão de Uso nº 004/98, firmado entre o DVOP e a Srª Yara Benedita Atalaia; Ofício nº 9.249, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando Contrato nº 083, firmado entre as Centrais Elétricas Mato-grossenses-CEMAT e a firma VITALIMPE - Construções, Serviços e Representações Ltda.; Ofício nº 283/99, do Presidente do Sindicato Rural de Araputanga, agradecendo pelo envio da Moção de Louvor em seu nome; Ofício nº 546/99, do Subsecretário de Estado de Segurança Pública, em resposta ao Requerimento de Informações de nº 98, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro; Ofício nº 223/99, do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, encaminhando cópia do pronunciamento proferido pelo Deputado Federal Silas Brasileiro, por ocasião das comemorações do Dia do Soldado; Ofício nº 817/99, da Chefe da Unidade Central de Execução e Prestação de Contas de Convênios da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando Convênio nº 208/99, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde e a Secretaria de Estado de Saúde; Ofício nº 537/99, do Presidente do INTERMAT, em resposta às Indicações dos Deputados Amador Tut e Humberto Bosaipo; e ainda os Ofícios nºs 1470, 1477, 1449, 1475, 1474, 1476, do Presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas, - 545, 546 e 547/99, do Secretário de Estado de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Agricultura e Assuntos Fundiários; - 244 e 246/99, do Secretário de Estado de Infra-estrutura; - 409/99, do Secretário de Estado de Esportes e Lazer; - 52000/348 e 52000/349, do Diretor de Relações Institucionais da Telecomunicações de Mato Grosso S/A-TELEMAT, - e 1053/99, do Secretário-Chefe da Casa Civil, todos em resposta às Indicações dos Senhores Deputados.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Milton Rodrigues.

O SR. MILTON RODRIGUES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada:

Nós temos hoje para apresentar nesta Casa dois Projetos de Lei de suma importância para a maioria da sociedade mato-grossense:

1º) PROJETO DE LEI:

Proíbe o depósito prévio para internação em hospitais públicos e privados e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica proibida a exigência de depósito prévio, de qualquer natureza, para possibilitar internação de doentes em situação de urgência e emergência (estado de sofrimento intenso e/ou risco de vida), em hospitais da rede pública ou privada.

Art. 2º Comprovada a exigência de depósito, o hospital será obrigado a devolver em dobro o valor depositado ao responsável pela internação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal considera a saúde como direito do cidadão e dever do Estado. Os Artigos 6º e 7º, § 4º; Artigo 24, § 12; Artigo 194; Artigo 196; Artigo 197; Artigo 198, incisos I, II, III e parágrafo único; Artigo 199, incisos I, II, III e IV; Artigo 200, §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º, consideram a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantida através de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O referido Projeto pretende garantir a aplicabilidade deste dispositivo constitucional.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 09 de setembro de 1999.

Deputado MILTON RODRIGUES - PSD

Hoje, infelizmente, em muitas ocasiões, situações como estas têm ocorrido em hospitais na nossa Capital, principalmente, o que até contribui para o agravamento do estado de saúde do paciente.

2ª) PROJETO DE LEI:

Proíbe o porte de armas para os policiais de trânsito nas vias públicas, quando em serviço no Estado de Mato Grosso.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Proíbe o porte de armas para os policiais de trânsito nas vias públicas, quando em serviço no Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Fica a Polícia Rodoviária Estadual isenta da aplicabilidade desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Policia! de trânsito não é para prender bandido, é para tratar dos desequilíbrios de nossos cidadãos no trânsito, punindo-os até com a perda de suas carteiras de motorista. Neste sentido, entendemos que a humanização do trânsito passa também pela forma de abordagem ao cidadão infrator; e, estando este desarmado, deverá também o profissional do trânsito estar desarmado e seguro da advertência a ser aplicada.

A Constituição Federal, em seu art. 23, inciso XII, determina que aos Estados e Municípios compete estabelecer e implantar política de educação para a segurança no trânsito. O referido Projeto pretende garantir a aplicabilidade desse dispositivo constitucional.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 08 de setembro de 1999.

Deputado MILTON RODRIGUES - PSD

Infelizmente, em ...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE ESGOTOU O SEU TEMPO) - Concedo mais um minuto a V. Exª.

O SR. MILTON RODRIGUES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Infelizmente, em muitas ocasiões vêm ocorrendo acidentes lamentáveis e até de policiais de trânsito que já tomaram a medida radical de sacar de sua arma e até assassinar o infrator. Então, este Projeto de Lei tem o objetivo de amenizar esta situação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, a Deputada Serys Slhessarenko...

Antes da Deputada Serys Slhessarenko usar da palavra, nós queremos cumprimentar e agradecer a presença, em nossas galerias, do Sr. Evaldo, Diretor da Associação dos Moradores do Jardim Primavera, em Alta Floresta, em nome do colega Deputado Jair Mariano.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Infelizmente, hoje pela manhã nós fomos informados, todos os cidadãos mato-grossenses tomaram conhecimento, pela imprensa, de que realmente o corpo encontrado em Concepción é do Dr. Leopoldino Marques do Amaral. E, conforme eu já havia me pronunciado ontem, estou dando entrada a um Requerimento. Ontem também falamos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

aqui de um crime que eu julgo hediondo também, cometido contra o Vereador de Nossa Senhora do Livramento, irmão do nosso companheiro de trabalho, meu colega, meu amigo, Dr. Francisco Monteiro, que, do meu ponto de vista, tanto quanto o Dr. Leopoldino, foi vítima de crime de bandidagem, e nós precisamos dar um basta nisso em Mato Grosso. O Parlamento de Mato Grosso tem que assumir essa responsabilidade também.

Iremos apresentar Requerimento para que a Mesa Diretora formule representação, em nome do Poder Legislativo, ao Procurador-Geral da República, solicitando medidas judiciais e extrajudiciais no sentido de averiguação das acusações envolvendo desembargadores do Tribunal de Justiça.

Já temos várias assinaturas de Deputados e estamos solicitando aos Srs. Deputados que assim o desejarem, que assinem também.

O Parlamento de Mato Grosso não pode continuar indiferente aos crimes, que eu atribuo de bandidagem, não só o do Dr. Leopoldino, mas de outros também, como eu acabo de registrar aqui, do Vereador de Livramento, uma cidade tão próxima à nossa Capital. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, Deputada Serys Shhessarenko, imprensa, galerias, senhores presentes, para apresentar um Requerimento:

Com base no que dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, com fulcro nos artigos 120 e 548, ouvido o soberano Plenário, requeiro ao Sr. Presidente que solicite à Comissão de Constituição e Justiça a realização de uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei de autoria do Deputado Pedro Satélite, que estabelece a obrigatoriedade de Exame de Toxicologia para os estudantes de segundo grau do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Solicitamos que sejam convidados representantes dos seguintes órgãos: Secretaria Nacional Antidrogas, Polícia Federal, Universidade Federal de Mato Grosso, Secretaria de Estado de Educação, dentre outros envolvidos, e demais segmentos da sociedade civil, com data e horário a serem designados.

JUSTIFICATIVA

Consideramos necessária e oportuna a presente proposta, quando, conforme diversas publicações em periódicos locais, está para ser decidida pela Secretaria Nacional Antidrogas a aplicação dos mencionados exames.

Trata-se de tema que envolve toda a sociedade e de extrema relevância para o saudável crescimento dos nossos jovens. Alarmantes são os números de viciados e suas nefastas conseqüências familiares e sociais, por isso a realização da audiência permitirá uma imprescindível contribuição desta Casa na busca de adequadas soluções para a questão.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 09 de setembro de 1999.

Deputado PEDRO SATÉLITE - PSDB

Nós gostaríamos de pedir a compreensão dos nobres Deputados para que seja aprovado este Requerimento, para podermos fazer uma audiência pública e debatermos esse assunto que é tão importante, é tão crucial no mundo de hoje, principalmente para os nossos

jovens na idade de 13 a 14 anos, por estarem cursando o 2º grau e serem assediados por pessoas que incentivam o uso de drogas.

Temos aqui uma matéria que saiu, Sr. Presidente, num jornal do Estado de Mato Grosso, que a Secretaria Nacional Antidrogas quer implantar no País um projeto semelhante a um que tramita na Assembléia Legislativa. Nós enviamos uma cópia desse Projeto à Secretaria Nacional Antidrogas e estamos aguardando resposta - com certeza eles estão copiando este Projeto da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Então, é de fundamental importância, espero que tenhamos o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar este Projeto de Lei que é de suma importância para o Estado de Mato Grosso e, com certeza, nós teremos um debate, inclusive em nível nacional, pela seriedade e pela importância deste Projeto de Lei.

Nós vamos ler aqui mais uma parte, porque ainda nos restam alguns minutos, da justificativa deste Projeto de Lei, que diz o seguinte:

“A grande maioria dos estudantes ingressa no 2º grau com idade entre 13 e 15 anos, na fase da adolescência. Exatamente nessa faixa etária é que são mais procurados pelos traficantes, que se valem da falta de maturidade e de orientação, muito comuns aos adolescentes, tornando-os mais vulneráveis à adesão ao vício e, conseqüentemente, à dependência de produtos químicos.

A obrigatoriedade de exames periódicos certamente inibirá o aluno, concorrendo para que o mesmo não incida no vício. Além disso, nos casos positivos, somente os pais ou responsáveis tomarão conhecimento.

Em casos comprovados de dependência, far-se-á necessário o tratamento psicológico imediato, o que concorrerá para amenizar os distúrbios verificados na saúde física e mental dos jovens de hoje, que serão, com certeza, os dirigentes do nosso País, econômica e politicamente.

Despender recursos públicos na prevenção da saúde é investir no bem-estar socioeconômico de nossa gente.

Pelo que expressamos acima, adicionado ao profundo conhecimento da realidade por parte dos nobres Pares, aguardamos a aprovação do presente Projeto de Lei.”

Portanto, faço aqui um apelo para que este Requerimento seja aprovado e já, de antemão, convido todos os Srs. Parlamentares para que se façam presentes nesse debate, na audiência pública que estamos solicitando. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada e Srs. Deputados:

Ontem à noite, eu participei de uma reunião com várias entidades, convocadas pelo Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade, e, naquela oportunidade, nós assinamos - nós, porque eu também assinei - uma nota pública solicitando das autoridades judiciais e federais uma pronta intervenção para que se apure as responsabilidades pela morte, se confirmada, e, hoje, já podemos dizer que confirmada, do Juiz de Direito Dr. Leopoldino Marques do Amaral.

Gostaria de assinalar que lá estiveram representantes do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade, do Centro de Direitos Humanos de Cáceres, Centro de Direitos Humanos do Vale do São Lourenço, de Jaciara, o SINTEP, a CPT, Pastorais da Igreja Católica, da Igreja Luterana, além dos Gabinetes do Deputado Gilney Viana e da Deputada Serys Slhessarenko.

Nós estamos, eu não diria apenas consternados, mas atemorizados, porque se um Juiz de Direito pode ser ameaçado e executado brutalmente, naturalmente, qualquer cidadão pode ser vítima de uma atitude dessa natureza.

Eu disse à imprensa e reafirmo aqui, estou rezando. Eu, Deputado Milton Rodrigues, estou orando para que as suspeitas de que os mandantes, ou as relações entre a morte, a execução brutal do Juiz Leopoldino Marques do Amaral não estejam ligadas às suas denúncias contra o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, porque, se estiverem, literalmente está instalado o caos no sistema Judiciário de Mato Grosso.

O Poder Judiciário estaria não apenas doente, mas naquele ponto do não retorno, aquele que, a partir do momento em que foi ultrapassado, não se consegue voltar ao *status quo ante*. Nessas condições, eu acho que uma intervenção não apenas do Poder Judiciário Federal, constitucionalmente adequada, mas também eu pergunto ao Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso: o que nós vamos fazer?

A iniciativa da Deputada Serys Slhessarenko é uma solicitação de intervenção do Poder Judiciário Federal e do Ministério Público Federal, mas eu acho que não seria absurdo nós enveredarmos por um caminho que inicialmente o Deputado Elarmin Miranda tinha colocado aqui, para que nós convocássemos as partes para um diálogo, para nós vermos em que medida o Poder Legislativo pode mediar o conflito ou resolvê-lo. Naquela ocasião, nós aventamos a hipótese de uma CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mesmo por que está rolando uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal, convocada não pela Esquerda, não pelos Opositores, mas por aqueles que sustentam esse Governo e que não acharam que seria limitante para o Poder Legislativo investigar o Poder Judiciário, falo da CPI do Poder Judiciário, convocada - ou pelo menos alardeada a convocação - pelo Senador Antônio Carlos Magalhães; aliás, onde é exatamente o foro em que o Juiz Leopoldino Marques do Amaral fez as suas denúncias contra uma boa parcela, um número significativo...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. GILNEY VIANA - ...de Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Eu não tenho bola de cristal, não tenho informações privilegiadas, não conheço pessoalmente os agentes públicos envolvidos na contenda, tenho poucos conhecimentos...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. GILNEY VIANA - ...Estou terminando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo um minuto a V. Ex^a.

O SR. GILNEY VIANA - Muito obrigado.

Não tenho possibilidades quaisquer de fazer uma avaliação, um juízo próprio. Não tenho mesmo, e se eu tivesse, eu também teria cautela em fazê-lo, para que eventualmente direitos individuais fossem protegidos e - por que não? - o meu próprio direito à vida.

Mas eu acho que a omissão do Poder Legislativo nesta questão pode gerar uma falsa impressão na população de que nós, do Poder Legislativo de Mato Grosso, estamos lavando as mãos, falando como se nada tivéssemos a ganhar ou a perder, como se nós outros

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

não fôssemos representantes do povo, para zelar pelo fiel cumprimento da Constituição e o resguardo dos seus direitos individuais, cívicos, de cidadão e da pessoa humana...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. GILNEY VIANA - ... Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Sobre a mesa, Moção de Congratulações de autoria do Deputado Humberto Bosaipo:

“Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe ao Conselho Editorial da ‘Revista Produtor Rural’, na pessoa do Sr. José Antônio Ávila, Rua B, S/N, esquina com Rua 02, bairro Morada da Serra, uma Moção de Congratulações vazada nos seguintes termos:

A Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, representando o pensamento de sua gente, congratula-se com o Conselho Editorial, Diretoria, Jornalistas e demais Profissionais da ‘Revista Produtor Rural’, na pessoa do seu Presidente, Sr. José Antônio Ávila, pela alta qualidade da publicação, que enfoca com profundidade, compromisso e conhecimento de causa os assuntos mais urgentes e relevantes ao setor produtivo rural de Mato Grosso.

A ‘Revista Produtor Rural’ consolidou-se como vital instrumento de conscientização e esclarecimento, merecendo assim o reconhecimento de todos os mato-grossenses.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 09 de setembro de 1999.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS”

Ainda, sobre a mesa, Voto de Congratulação de autoria do Deputado Silval Barbosa:

“Nos termos do Artigo 272, alínea ‘i’, da Consolidação do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja registrado nos Anais e se encaminhe às autoridades constituídas e população do Município de Sinop, Voto de Congratulações na seguinte forma:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO manifesta seus mais efusivos Votos de Congratulações pela passagem dos vinte anos de emancipação política do Município de Sinop.

Sinop, cidade fundada em 14 de setembro de 1974, situa-se a quinhentos quilômetros ao Norte de Cuiabá, Região Sul da Bacia Amazônica. Com aproximadamente noventa mil habitantes, surgiu do Núcleo de Colonização Celeste e sua história desenvolveu-se em curto espaço de tempo, sendo produto de muita luta e idealismo. A povoação se expandiu rapidamente, atraindo milhares de pessoas à região.

Sinop ficou conhecida nacionalmente pelo excessivo número de empresas madeireiras que possui, com fins de industrialização. A indústria, hoje bastante diversificada, exerce importante papel no fortalecimento econômico do Município, produzindo e gerando riquezas e empregos.

Da lavoura dos pioneiros à continuidade desbravadora de seu povo ordeiro e trabalhador, Sinop ocupa em nosso Estado lugar de destaque devido à sua economia.

Congratulamo-nos com as autoridades constituídas do Município e em especial com sua população, que é o sustentáculo desse progressista Município. Aos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS
08:00 HORAS.

administradores, aos legisladores e ao valoroso povo de Sinop externamos nossos Votos de Congratulações.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 09 de setembro de 1999.
Deputado SILVAL BARBOSA - PTB”

Não havendo mais orador inscrito no Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente. Com a palavra o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, abordarei aqui alguns assuntos:

Primeiro, Sr. Presidente, com relação a esse caso do Tribunal de Justiça, eu quero deixar a minha posição aqui, porque essas coisas têm que ficar bem claras. Nós temos aqui um relacionamento muito bom com o Poder Judiciário. Eu, particularmente, fui aluno da maioria dos Desembargadores na Universidade Federal de Mato Grosso, conheço todos e não gostaria aqui de tecer nenhuma consideração a respeito desse caso do Juiz. Eu acho que o foro competente para discutir a matéria é o STJ-Superior Tribunal de Justiça, e essa questão, as denúncias do Juiz Leopoldino Marques do Amaral já estão no STJ. E ele também era amigo pessoal nosso, teve um relacionamento com a Assembléia Legislativa muito bom, inclusive na

área cultural - aqui nesta Casa, na minha gestão como Presidente, o Dr. Leopoldino Marques do Amaral lançou o seu livro sobre o Poder Judiciário.

Eu não quero ser autor de nenhuma ação contra o Poder Judiciário, quero deixar isso bem claro aos meus colegas. Se um Deputado ou a Deputada Serys Slhessarenko quiserem, que o façam individualmente, não contem com a minha assinatura! Eu não aprovo nenhuma atitude, até porque essa questão está *sub judice*, e eu não vou - eu estou falando em meu nome, em nome do Deputado Humberto Bosaipo, não estou falando em nome do Partido, em nome de meu Líder, mas em meu nome -, eu não quero assumir nenhum compromisso de julgar quem quer que seja.

Eu quero deixar bem claro que o foro competente para julgar o Tribunal de Justiça, para julgar um caso como esse, é o STJ. Ocorre que cada um dos senhores, ou a Deputada, se quiserem, individualmente, podem fazer qualquer tipo de ação, mas eu quero deixar bem claro para que nenhum dos colegas me procurem para assinar nada contra o Poder Judiciário, porque eu não vou assinar. Esta é uma posição pessoal!

O outro assunto, Sr. Presidente...

O Sr. Rene Barbour - V. Ex^a me concede um aparte, Deputado?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Concedo o aparte ao nobre Deputado Rene Barbour.

O Sr. Rene Barbour - V. Ex^a, Deputado Humberto Bosaipo, está conduzindo muito bem esse processo. Não é hora de a Assembléia Legislativa entrar nisso. Existe o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, que são as organizações competentes para fiscalizar e apurar essas denúncias. Nós não podemos expor o nosso Tribunal de Justiça a essa dúvida aqui da Assembléia Legislativa. Seria a Assembléia Legislativa mais uma a criar dúvidas sobre o nosso Tribunal de Justiça? E Mato Grosso, como é que fica nisso? Chegaria à imprensa que a própria Assembléia Legislativa está cobrando medidas contra o Tribunal de Justiça? Eu pergunto: algum empresário voltaria a Mato Grosso, sabendo que teríamos um Tribunal de Justiça criminoso e com a Assembléia Legislativa pedindo providências no sentido de se apurar essas irregularidades...

Ora, Deputada Serys Slhessarenko, vamos dar um tempo! Vamos esperar a poeira assentar. Isto está em evolução. Vamos deixar isso para a semana que vem. Pois muita coisa já terá sido esclarecida até a semana que vem. Não vamos entrar agora nesta briga, porque, veja bem, está muito confuso este crime. Seria muita infantilidade se algum Desembargador fosse levar o Dr. Leopoldino Marques do Amaral naquela distância para matá-lo, queimá-lo e botar os documentos do lado. Há um mistério nisso tudo! E não é a Assembléia Legislativa que tem esta função e, sim, a Polícia, o Ministério Público, a Polícia Federal e os órgãos competentes.

V. Ex^a está de parabéns, Deputado Humberto Bosaipo! E eu peço à Bancada do Governo e a todos os Srs. Deputados que não votem esta proposição, que dêem um tempo para que nós cheguemos a uma conclusão. É muito grave, é de muita gravidade esta situação, e nós não podemos entrar nela agora.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Muito obrigado, Deputado.

Eu quero dizer que existe na Magistratura uma entidade que congrega os interesses dos juizes e de seus familiares, que é a Associação Mato-grossense dos Magistrados - a AMAM, cujo Presidente é o ilustre Desembargador Jurandir de Lima, inclito Desembargador da Corte de Justiça do Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS
08:00 HORAS.

E a posição que o Deputado Riva, o Presidente do Poder Legislativo, manifestou - e ele fala em nome do Poder Legislativo, porque nós lhe outorgamos esta responsabilidade ao elegê-lo Presidente, porque confiamos em seu trabalho - é a posição exatamente que está aqui no jornal *A Gazeta*, página 8-A, sobre Política:

“Riva disse ontem à tarde que, caso o laudo técnico da morte do Juiz seja positivo, o Parlamento acompanhará a apuração e investigação sobre a identidade dos responsáveis por esse crime terrível e cobrará das autoridades competentes aplicação irrestrita da Lei.”

É exatamente isso que tem que fazer o Poder Legislativo!

Ora, se a entidade que congrega os interesses dos juízes, a AMAM, e a Ordem dos Advogados do Brasil não tomarem uma providência, nós temos que cobrar, e essa providência... Eu vi ontem uma entrevista do ilustre Presidente da OAB deste Estado informando que já encaminhou este caso ao Ministério da Justiça e já está tomando as providências cabíveis.

Eu conheço bem como são essas coisas aqui em Mato Grosso. As conversas atravessadas têm colocado pessoas em situações difíceis. Eu quero dizer aqui que eu não tenho medo de nenhum Desembargador, de nenhum Juiz, de nenhuma posição, eu só quero deixar aqui a minha posição clara, do Deputado Humberto Bosaipo, neste caso, Sr. Presidente. Esta é uma questão de polícia, é uma questão ainda em fase investigatória, e como Bacharel em Direito o meu conhecimento recomenda que eu tenha prudência para avaliar qualquer caso, e peço aos colegas Deputados que evitem dar entrevista a respeito do caso sem conhecimento. Agora mesmo, na ante-sala, num jornal local, eu vi vários Deputados dizendo que não tinham dado a entrevista sobre o caso e apareceu a foto e a sua opinião sobre o caso.

E esse caso, Sr. Presidente, eu considero um caso de polícia ainda, está na fase de inquérito policial, de reconhecimento de corpo, de laudo cadavérico, e não quero emitir opinião. Eu quero dizer a todos os Srs. Deputados, mais uma vez, que respeito o Tribunal de Justiça, tenho por ele um respeito irrestrito.

Um outro assunto, Sr. Presidente: eu quero pedir o apoio desta Casa para que tenhamos um pouquinho ainda de compreensão em relação aos ares-condicionados, uma vez que eu sou administrador aqui. Agora mesmo eu estive com os técnicos, nós trocamos os compressores, adquirimos esses compressores novos, mas só tem um compressor funcionando. Disse-me o técnico agora que está colocando gás no segundo, no terceiro e no quarto compressores, e também no primeiro andar do Anexo Mário Spinelli. Certamente, hoje nós vamos resolver esse caso de ar-condicionado.

Um outro aspecto que nós precisamos do apoio da Assembléia Legislativa é em relação à emancipação dos novos municípios. Está tramitando no TRE, já com plebiscito marcado, os projetos de criação dos Municípios de Bom Jesus do Araguaia e Serra Nova Dourada... Agora, estamos entrando com Novo Santo Antônio, Nova Nazaré, Veranópolis do Araguaia, alguns municípios da região Norte do Estado - que o Deputado Riva, o Deputado Romoaldo Júnior e o Deputado Jair Mariano conduzem... E queremos pedir à Comissão Municipalista desta Casa que conosco faça um apelo ao TRE, para que nós possamos emancipar, Deputado Everaldo Simões, boa parte desses municípios, que nós dois temos a honra de representar aqui nesta Casa.

Nós já mandamos confeccionar as cédulas eleitorais para o plebiscito. Nós estamos ajudando a Comissão Municipalista do Poder Legislativo naquilo que for necessário,

mas é preciso que se tenha o apoio de todos os Deputados Estaduais nesta causa. Nós teremos 135 municípios no Estado de Mato Grosso, se aprovados todos esses distritos que estão pleiteando o plebiscito para o próximo dia 26.

Sr. Presidente, por último, eu quero aqui, em meu nome e em nome dos colegas Deputados - já o fiz pessoalmente, V. Ex^a também e alguns Deputados - juntar-me à dor e ao sofrimento da família Monteiro, da qual o ex-Deputado Francisco Monteiro, nosso Consultor Técnico-Jurídico, faz parte. Ele está aqui presente, e seu irmão foi barbaramente assassinado em Nossa Senhora do Livramento, na última quinta-feira à noite. Era um Vereador, um funcionário público e um pai de família exemplar.

Esse crime também está em fase investigatória, mas nós queremos aqui, Dr. Francisco Monteiro, pela amizade que temos com o Senhor, com sua família e com todas as pessoas ligadas à família Monteiro, com a qual temos a honra de conviver há mais de vinte anos, dizer que a Assembléia Legislativa compartilha com o ilustre companheiro dessa dor. Somente quem já perdeu um ente querido da família, principalmente em condições bárbaras e covardes, como foi o assassinato do seu irmão, sabe o quanto é difícil o trabalho político, o quanto é difícil o trabalho, às vezes, numa repartição pública, o quanto é difícil levarmos as coisas com seriedade.

Eu quero deixar aqui, em meu nome e em nome de todos os Deputados Estaduais, o apreço que nós temos para com o ex-Deputado Francisco Monteiro. Ele é um funcionário da Casa, um ex-Deputado exemplar, uma pessoa por quem os funcionários da Casa demonstram uma admiração muito grande, é de uma humildade ímpar e um auxiliar dos Deputados Estaduais. Eu tenho sempre dito que existem algumas pessoas na Assembléia Legislativa que incorporam a vida e a atividade do Parlamentar...

Na verdade, Deputado Gilney Viana, aí fora, a impressão que as pessoas têm, às vezes, com relação ao trabalho de um Deputado é errônea. Eu, uma vez, chamei uma pessoa, até de um nível intelectual muito bom, para acompanhar a nossa vida, um dia nosso aqui na Assembléia Legislativa, e ele veio - era um formador de opinião, um profissional liberal. E ele realmente não acreditava que as coisas fossem daquela forma numa Assembléia Legislativa!

Diuturnamente nós estamos colocando nossa vida em risco. Eu fiz um apelo, na semana passada, ao Presidente Riva, um apelo à sua esposa - inclusive, sem o conhecimento dele - para que ele não viajasse de avião para a sua região, para o Norte do Estado, principalmente para Juara e Aripuanã, porque nós sabemos do trabalho do Parlamentar. Eu aconselhei o Deputado José Carlos Freitas, que não está presente, a não viajar na semana passada, devido às condições adversas do tempo. Às vezes, essa pressa em viajar, em dar assistência às bases, em correr por causa dos partidos políticos, afastando-nos de nossa família, dos nossos afazeres, pode nos levar a uma fatalidade, como ocorreu com o Deputado Jorge Abreu, nessa mesma época, há um ano, viajando em um avião sem manutenção, sem conhecimento necessário, usando avião que nós só conhecemos quando entramos e quando saímos do avião...

O Sr. Benedito Pinto (DE SUA BANCADA) - Se sairmos!

O SR. HUMBERTO BOSAÍPO -... E, às vezes, não saímos, como foi o caso do Deputado Jorge Abreu!

Então, as pessoas precisam entender que a atividade parlamentar é uma atividade muito digna, muito séria, e que os Poderes Executivos, todos eles - prefeitos,

governadores e Presidente da República -, jogam nas nossas costas responsabilidades que não são nossas! O que o Deputado tem a ver com construção de ponte, de estrada, de hospital? Essas são responsabilidades dos prefeitos, dos Governadores, do Presidente da República! Mas, quando as obras não acontecem no Município, eles dizem que o Deputado não trabalha, não faz nada: “Não trouxe hospital, não trouxe ponte, não trouxe estrada!” Quando, na verdade, nós aqui somente analisamos a execução orçamentária, mas quem executa é o Poder Executivo.

Ora, Srs. Deputados, há uma necessidade de se aprofundar mais no conhecimento sobre o Legislativo, tanto é que no dia 30 de setembro, por iniciativa desta Mesa, sob a coordenação do Deputado Riva, nós vamos inaugurar a Escola do Poder Legislativo, que vai servir não só a funcionários e a dependentes de funcionários, mas também aos Parlamentares, a seus chefes de gabinetes e a seus assessores diretos.

Já estamos com um curso de Ciências Políticas, formando mão-de-obra qualificada para ajudar, Deputado Joaquim Sucena, nessa difícil missão de ser Deputado.

É lamentável que, às vezes, se consulte um advogado, mesmo da Casa, um advogado da área profissional, e poucos deles entendem de legislação eleitoral. Poucos deles entendem de legislação constitucional, de legislação administrativa, que são noções lineares da vida de um político. E é por isso que esta Mesa vai insistir na profissionalização e na capacitação dos técnicos, aqui, em convênio com as universidades, principalmente com a universidade pública, a Universidade Federal de Mato Grosso, como é o caso do curso de Ciências Políticas. Já contactei com o Dr. Juarez Gomes, que é um advogado constitucionalista, e ele está providenciando um anteprojeto de um curso que vai ser destinado exclusivamente aos Parlamentares, aos seus chefes de gabinete e assessores sobre a legislação relativa ao Regimento Interno e a Constituição.

Então é essa a finalidade do nosso trabalho. Não basta o Deputado apenas andar na base, ele precisa ter conhecimento técnico! Nós seremos os Deputados da virada do século! Nós vamos ser Deputados do Século XXI, e as noções básicas de conhecimento esta Casa vai oferecer a todos os Srs. Deputados...

O Sr. Benedito Pinto - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Ouço o Deputado Benedito Pinto.

O Sr. Benedito Pinto - Deputado Humberto Bosaipo, eu ouvi V.Ex^a com muita atenção e, como um apaixonado por este Poder, também vejo em boa hora essas medidas que a Mesa vem tomando, a fim de que possamos ter condições de melhor desempenhar o nosso papel.

O projeto de informática que se desenvolve aqui, idealizado por V. Ex^a e pelo Presidente Riva, sem dúvida, Deputado Humberto, vai trazer para os Deputados uma facilidade tremenda para poder adquirir conhecimentos que tanto precisamos para esses novos dias.

Vivemos, hoje, num mundo globalizado, e eu até tenho comentado com vários amigos que o Deputado que não se atualizar a respeito dos temas que hoje estão colocados para o mundo inteiro vai ficar à mercê de um mandato, no máximo dois mandatos, porque ele tem que acompanhar... E eu vejo a preocupação da Mesa, principalmente, em me dar, como membro de uma Comissão Técnica nesta Casa, condições de elaborar um relatório a um projeto. E a sociedade aí fora, através da *Internet*, vai tomar conhecimento e dar também a sua opinião, porque nós votamos projetos aqui que mexem com a vida de todo cidadão do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS
08:00 HORAS.

Estado, nós votamos projetos aqui que implicam na vida de todos os cidadãos que compõem o torrão mato-grossense, e quando nós estamos votando esses projetos, é importante que, com esse sistema que a Mesa está implantando aqui na Casa, nós tenhamos condições, como Relator de um projeto, de oferecê-lo à sociedade, para que ela tome conhecimento desse trabalho, do que está sendo feito, para que um projeto que venha a ser aprovado e sancionado, torne-se uma lei que traga benefícios à sociedade.

Então, eu estou analisando o pronunciamento de V. Ex^a e fiz questão de fazer esse aparte, porque há necessidade de que cada Deputado que compõe essa Legislatura se atualize o máximo possível, porque quando nós vamos fazer uma palestra com o cidadão que está na lavoura...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. Benedito Pinto - ...V. Ex^a me concede um novo aparte, Deputado Humberto Bosaipo?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Concedo um novo aparte a V. Ex^a.

O Sr. Benedito Pinto - ...Ele está sabendo, ele está atualizado, porque ele está assistindo ao Globo Rural, porque ele é assinante de revistas que tratam de diversos assuntos. Então, o Deputado tem que falar com conhecimento de causa, senão ele vai passar por vexames quando estiver no interior, conversando com o cidadão.

Então, Deputado Humberto Bosaipo, eu parablenizo a Mesa e estou feliz, porque isso faz parte do meu trabalho legislativo e, sem dúvida, eu vou ser muito beneficiado com o sistema que a Mesa está impondo aqui, principalmente ao treinar os meus assessores, as pessoas que estão lá e que, muitas vezes, estão representando o Deputado Benedito Pinto, sem dúvida isso é muito importante.

Eu fiz questão de fazer esse aparte, porque, sem dúvida, a Assembléia Legislativa vai estar melhor preparada para a virada do Século. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço ao Deputado Benedito Pinto.

Realmente, nós estamos implementando, com a informática... Ontem mesmo, na Secretaria de Serviços Legislativos, foram instalados quatro novos computadores, lá vai haver um total de dezesseis computadores. Os Deputados Estaduais já receberam um *kit* completo de computação para o seus assessores, no próximo mês nós estaremos colocando um *kit* completo na mesa do Deputado. O Deputado vai ter acesso a qualquer sistema de informações que ele quiser.

Nós já temos, hoje, condições, porque estamos na *Internet*, de entrar no SIAF de Mato Grosso, e qualquer Deputado pode acessar no seu gabinete; nós temos um servidor próprio, e ontem eu verifiquei que a *Internet* estava sendo acionada pelos vinte e quatro gabinetes.

E agora, Sr. Presidente, deveremos entregar, ainda hoje, duas salas de suplentes, uma que está sendo ocupada pelo Deputado Nilson Leitão e a outra pelo Deputado Everaldo Simões. Inclusive, vou discutir com o Deputado Milton Rodrigues o tipo de trabalho a desempenhar, e com o Deputado André Bringsken nós começamos a conversar, porque nós temos na Casa, hoje, quatro suplentes, o que torna o nosso trabalho administrativo muito maior, porque eu tenho despesas também com relação aos suplentes, que são Deputados nas mesmas condições dos titulares, porque estão constitucionalmente ocupando o cargo de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS
08:00 HORAS.

Deputado, são Deputados Estaduais, para a nossa alegria e nossa honra, de forma que eu espero equacionar, até 30 de setembro, essas questões.

Invariavelmente, nós vamos ter que construir aqui, acima da Sala da Presidência, uma Sala de Reuniões das Comissões, porque nós não temos na Casa um auditório para as Comissões. Outro dia eu vi um trabalho belíssimo da Comissão Especial criada para discutir o caso Ômega, no nosso Comitê de Imprensa, coordenado pelo nosso Deputado Carlão Nascimento, mas sabemos que este é um trabalho que tem que ser feito na Comissão Técnica, num auditório próprio, com assessoria própria, porque, se nós tivéssemos outro evento de imprensa naquele dia, nós não teríamos esse trabalho daquela forma, que foi um trabalho brilhante. Nós precisamos fazer a sala da Consultoria da Mesa aqui em cima, acoplar a imprensa ao Comitê de Imprensa, onde temos dois pontos de *Internet* e *Intranet*. Quer dizer, são trabalhos que a Mesa, sob a orientação do Deputado Riva e nossa coordenação, está querendo deixar, nesses dois anos, para que a Assembléia Legislativa torne-se mais ágil, para que os Srs. Deputados possam ter facilidade de comunicação com sua base.

Sr. Presidente, essas eram as considerações que nós queríamos fazer hoje, bem como agradecer a paciência dos Senhores em relação ao ar-condicionado, que nós esperamos ainda hoje encontrar uma solução definitiva para o problema. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Convido o Deputado Pedro Satélite para assumir a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:48 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, galerias, eu quero aqui, Deputado Humberto Bosaipo, antes de mais nada, parabenizá-lo pela posição ponderada tomada em relação à morte do Dr. Leopoldino Marques do Amaral.

Quero também lamentar a perda desse grande cidadão acima de tudo, além de um grande profissional, com quem tive a oportunidade de conviver por dois anos trabalhando como preparador eleitoral do Fórum de Diamantino, quando Juara e Porto dos Gaúchos ainda encontravam-se subordinados a Diamantino. Não tenho dúvida de que a morte do Dr. Leopoldino é uma grande perda.

Deputado Humberto Bosaipo, Srs. Deputados, nós não podemos fazer aqui um pré-julgamento. Por não podermos fazer esse pré-julgamento, a Assembléia Legislativa tomou uma posição que achou mais correta no momento, de acima de tudo acompanhar as apurações. Divulgamos ontem, inclusive, uma nota, razão pela qual até conversei com a Deputada Serys Shessarenko aqui preliminarmente e disse para ela que vou remeter o Requerimento dela ao Colégio de Líderes para que nós possamos fazer uma avaliação mais sensata. Preocupa-nos a morte do Dr. Leopoldino exatamente porque todos conheciam que ele tinha um confronto com a Justiça. E concordo com o Deputado Rene Barbour que seria muita burrice por parte dos membros do Judiciário Mato-grossense cometer um crime nessa condição.

Eu acredito que nós precisamos, sim, que a polícia acompanhe, que exerça, que faça uma apuração desse fato para dar tranqüilidade à sociedade mato-grossense, para dar tranqüilidade a todos nós. É preciso apurar o crime cometido contra o irmão do nosso companheiro Dr. Francisco Monteiro lá em Livramento, é preciso apurar os crimes cometidos em Juara há alguns dias atrás e que têm ligação com o narcotráfico. Nesse aspecto nós vamos, sim, cobrar das CPIs do Judiciário e do Narcotráfico para que tenham mais agilidade as apurações desses casos.

Sem dúvida nenhuma, não só a sociedade mato-grossense, como a sociedade brasileira de um modo geral, está intranqüila, Deputado Rene Barbour, principalmente pela forma com que o narcotráfico cresceu nos últimos anos e levou junto com ele uma série de cidadãos sérios que gostariam de ver apurada essa situação. E nós, pais de família, temos sim que nos preocupar, mas acima de tudo devemos ter ponderação - e eu parabeno o Deputado Humberto Bosaipo pela sua ponderação.

Em relação ao nosso posicionamento ontem em nota oficial, nós ouvimos pelo menos a grande parte dos Srs. Deputados e tiramos a conclusão de que a Assembléia Legislativa tem que de fato acompanhar, já que essa é realmente uma questão da polícia.

Eu quero, afora tudo isso, Deputado Rene Barbour...

O Sr. Carlos Brito - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. RIVA - Concedo o aparte ao Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito - Deputado Riva, eu gostaria, ainda rapidamente falando sobre o assunto do assassinato do Juiz Leopoldino Marques do Amaral, de dizer que efetivamente é uma situação que consterna a nós todos, não só pela pessoa que ele era, mas em razão da forma como sucedeu o fato e o que representa em nível de apreensão social para a população mato-grossense, ainda mais se associarmos isso a outras situações bastante graves que vêm acontecendo e que efetivamente precisam ser apuradas.

Eu quero aqui ressaltar a posição da Mesa Diretora, tanto de V.Ex^a quanto do 1º Secretário, Deputado Humberto Bosaipo, pela atitude de prudência, até porque está colocada aí uma questão bastante séria, em que os posicionamentos institucionais devem prevalecer. Eu vejo, e cabe-me aqui dizer inclusive que ontem, ao ligar à Presidência, tomei conhecimento de que V. Ex^a já havia manifestado essa nota pública de que este Poder iria cobrar a apuração com rigor das autoridades competentes.

Este aparte, portanto, é para me solidarizar, como Deputado do PSDB, com a posição da Mesa Diretora, no sentido de encaminhar a apuração dos fatos com maior rigor possível, tanto na questão do Juiz Leopoldino Marques do Amaral quanto do Vereador de Livramento. Muito obrigado, Deputado Riva.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. RIVA - Eu agradeço o aparte...

O Sr. Elarmin Miranda - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RIVA - Concedo, nobre Deputado.

O Sr. Elarmin Miranda - Agradeço o aparte permitido.

Eu queria, inicialmente, Deputado Riva, em nome da Liderança do meu Partido, apresentar os nossos sentimentos ao Dr. Francisco Monteiro. É uma pessoa com quem tenho pouca convivência, vim aprofundar a convivência aqui na Assembléia Legislativa, onde aprendi a admirá-lo e ter um respeito enorme pelas qualidades que ele encerra.

Queria também, Deputado Riva, cumprimentar o Deputado Humberto Bosaipo pela posição que ele toma com relação ao Poder Judiciário. E gostaria de acrescentar que tenho uma angústia muito grande, como cidadão e advogado, porque o Juiz Leopoldino Marques do Amaral formulou denúncias públicas extremamente sérias contra o Poder Judiciário, e ao invés de o próprio Poder Judiciário apurar as denúncias que lhe pesavam sobre os ombros, preferiu inverter e passar a acusar o seu acusador. Isso é muito estranho, em primeiro lugar.

Segundo, eu vi aqui o Deputado Rene Barbour afirmar que nós não podemos colocar em dúvida o Tribunal de Justiça. Eu entendo que nós temos que colocar em dúvida, com todo o respeito que ele merece, porque se um Tribunal é acusado de que tem desembargadores que têm ligação com narcotráfico, nós não podemos ter medo de enfrentar a situação. A denúncia tem que ser apurada em toda a sua extensão! Se ficar provado que estão isentos, estaremos dando um atestado de idoneidade moral ao Tribunal, e isso deve ser feito.

Eu entendo, Deputado Riva, que V. Ex^a que conduz tão bem esta Casa, tem qualidades imensas, hoje é Presidente do Parlamento Amazônico, e essas qualidades autorizam V. Ex^a hoje a pleitear qualquer cargo no Estado, foi hábil, junto com o Deputado Humberto Bosaipo e com toda a Mesa Diretora...

(O SR. PRESIDENTE PEDRO SATÉLITE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. Elarmin Miranda - ...ao encaminhar este fato para que se apure a sua exatidão, sem emitirmos nenhum juízo de valor. Mas sem dúvida alguma a suspeição, hoje, é do próprio Poder Judiciário. Muito obrigado.

O SR. RIVA - Agradeço o aparte do nobre Deputado Elarmin Miranda.

Eu quero apenas dizer a todos os colegas Deputados que este posicionamento de divulgarmos essa nota foi exatamente a necessidade de nós buscarmos uma tranqüilidade neste Estado. Nós não podemos viver permanentemente nesse clima de intranqüilidade, porque crimes acontecem todo dia.

Quando eu disse aqui a respeito de Juara, Deputado Jair Mariano, é porque aconteceram vários crimes depois daquele episódio da apreensão da cocaína em Juara...

O Sr. Rene Barbour - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. RIVA - Vou conceder, apesar de termos apenas cinco minutos e querer falar ainda sobre o Parlamento Amazônico, sobre os passos que nós pretendemos dar a partir de agora. Eu concedo dois minutos a V. Ex^a.

O Sr. Rene Barbour - Apenas, Deputado, para dizer que o Deputado Elarmin Miranda está equivocado, eu não disse que não se devia tomar providências para se apurar os fatos. Eu disse que não consta em lugar nenhum no nosso Regimento Interno e na nossa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Constituição Estadual que a Assembléia Legislativa tem poderes para oficialmente intervir num caso igual a esse. Está muito prematuro.

Naturalmente, as providências já estão sendo tomadas, Deputado Elarmin Miranda, pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, e nós temos que aguardar, ficar na expectativa para sabermos se existe algum relacionamento desse crime com o Tribunal de Justiça, o que eu duvido. Conheço os Desembargadores e duvido que exista um Desembargador em Mato Grosso, dos que eu conheço - e conheço todos -, que teria coragem de mandar matar o Dr. Leopoldino Marques do Amaral dessa maneira tão infantil. Levá-lo lá naquela distância, passando aqui pelo Rio Paraguai - quando poderia ter atirado o corpo aqui no Rio Paraguai, da maneira que Ulysses Guimarães desapareceu no oceano -, para matá-lo, colocar os documentos ao lado dele e ainda queimá-lo, chamando atenção. É este o motivo da minha posição de cautela. Vamos esperar a semana que vem para que os fatos se esclareçam.

V. Ex^a tomou uma medida cautelosa mandando à deliberação do Colégio de Líderes. Muito obrigado.

O SR. RIVA - Agradeço o aparte do nobre Deputado.

Quero aproveitar os meus três minutos, Sr. Presidente, para falar sobre o Parlamento Amazônico.

Nós tivemos, passado o momento da implantação do Parlamento Amazônico, algumas decisões a tomar, como por exemplo a composição do Parlamento com seis membros de cada Assembléia Legislativa dos Estados.

A nossa equipe técnica continua fazendo um trabalho...

(NESTE MOMENTO A DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO E O DEPUTADO RENE BARBOUR DIALOGAM NO PLENÁRIO.)

O SR. RIVA - ...continua fazendo um trabalho...

Sr. Presidente, eu pediria que V. Ex^a me assegurasse o direito da palavra.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Esta Presidência solicita a atenção dos Srs. Deputados.

Continua com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Nós temos uma equipe técnica trabalhando permanentemente, já encontramos inclusive um espaço adequado para que essa equipe possa produzir documentários, informações, levantamentos estatísticos sobre a Região Amazônica, inclusive sobre a Região Amazônica mato-grossense, porque não se tem nenhum trabalho aprofundado sobre a situação da Região Amazônica mato-grossense.

Nesse aspecto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Parlamento Amazônico vai se reunir já, na segunda-feira, Deputado Jair Mariano, dia 13, em Brasília, com o Senador Antônio Carlos Magalhães. Nós vamos almoçar com o Senador Antônio Carlos Magalhães, juntamente com os outros Presidentes de Assembléias e, posteriormente, nós teremos uma reunião para instalação das câmaras temáticas, para que possamos, a partir de agora, começar um trabalho, Sr. Presidente, de discussão permanente dos temas importantes. E é exatamente isso que o deputado estadual quer: ser inserido na discussão dos grandes temas nacionais, a reforma tributária, a questão ambiental, o transporte intermodal.

O Deputado Joaquim Sucena falava-me aqui em criar uma *home page* para o Parlamento. Nós estamos criando e, talvez, o Parlamento terá o seu *site*. Nós vamos mudar para a nova sede, para uma sala apropriada, nós já estamos adquirindo computadores,

móveis, tudo dentro de uma coisa muito enxuta, uma estrutura enxuta, mas eficiente, para que nós possamos, inclusive, receber as sugestões de outros Estados.

(O SR. PRESIDENTE PEDRO SATÉLITE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. RIVA - Nesse aspecto, Sr. Presidente, nesses trinta segundos, eu quero conclamar aos colegas Deputados. E eu vou pedir ao Deputado Humberto Bosaipo para incluirmos na Escola do Legislativo uma discussão permanente sobre a questão amazônica, falando sobre o instrumento do Parlamento Amazônico, qual a sua importância.

Agradeço, Sr. Presidente. Eu teria muitas outras coisas a tratar, mas o tempo está estourado. Muito obrigado pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Antes de encerrar o Grande Expediente, eu quero apenas dizer a V. Ex^a da importância do Parlamento Amazônico, pelas ameaças que nós estamos sofrendo das ONGs e pelas pessoas que estão interferindo na nossa soberania. Nós precisaríamos tratar com mais tempo, no mínimo um expediente inteiro, no Grande Expediente, esse assunto e espero que nós possamos fazer isso o mais breve possível.

Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Silval Barbosa, às autoridades e população do Município de Sinop pela passagem de seus vinte anos de emancipação política.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, ao Conselho Editorial, Diretoria, Jornalistas e demais profissionais da Revista Produtor Rural, pela alta qualidade da publicação.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Pedro Satélite, solicitando a realização de uma Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei que estabelece a obrigatoriedade do Exame de Toxicologia para os estudantes de 1º e 2º Graus do Estado de Mato Grosso.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria da Deputada Serys Shessarenko, para que a Mesa Diretora formule representação, em nome do Poder Legislativo, ao Procurador-Geral da República, solicitando medidas judiciais e extrajudiciais no sentido de averiguação das acusações envolvendo desembargadores do Tribunal de Justiça...

Este Requerimento será encaminhado ao Colégio de Líderes para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 160/99, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que denomina Arão Gomes Bezerra o anel viário que interliga as rodovias BR-364, MT-130 e MT-270. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Esgotada a Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais.

Com a palavra, o Deputado Milton Rodrigues, que dispõe de dez minutos.

O SR. MILTON RODRIGUES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Serys Shessarenko, o objetivo da nossa fala é que temos observado aqui atentamente as palavras do Deputado Pedro Satélite em relação à sua preocupação com a questão do combate ao uso de tóxicos. Queremos dizer ao Deputado Pedro Satélite que somos solidários e estamos à disposição desta Casa para lutarmos por esta causa.

O objetivo nosso aqui, e nós temos observado os pronunciamentos dos nobres Deputados a respeito da questão segurança... Eu quero aqui fazer referência também à preocupação do 1º Secretário desta Casa, Deputado Humberto Bosaipo, em relação à questão do Tribunal de Justiça. Eu quero apenas fazer um comentário de forma mais generalizada sobre aquilo que está escrito lá na palavra de Deus, nas Escrituras Sagradas, que diz que “onde existe homem, existe falha”. Evidentemente, é claro, que não podemos chegar e tomar medidas precipitadas, mas sim fazermos o nosso papel nesta Casa de estarmos de fato representando os anseios populares de todo segmento da sociedade mato-grossense.

Nós queremos aproveitar a oportunidade para fazer também aqui referência a uma matéria que saiu na *Folha Universal* de domingo agora, do dia 05 de setembro: “Pesquisas revelam o novo perfil dos jovens criminosos”. E aqui nós temos a palavra do Pastor Wanderson Moreira que diz o seguinte: “A geração deste século está carente, e o elixir para esta carência só pode ser encontrado em Jesus Cristo”. Por que esta referência? O nosso ponto de vista, quando nós falamos, como obreiro da Igreja Universal do Reino de Deus, combatendo constantemente a fome, a miséria, a violência que está aí assolando a porta de todos os brasileiros, a nossa maior preocupação, nós temos observado, que é a desestruturação da família.

Eu acredito que o Deputado Benedito Pinto, como pastor evangélico, deve ser solidário também a essa referência que nós estamos fazendo no momento, pelo fato de a cada dia os problemas estarem se agravando. Quando se questiona a segurança pública em todos os recantos deste País, nós Parlamentares não podemos ficar omissos, porque na verdade... Quero aqui fazer referência a mais um versículo bíblico, porque todos nós aqui temos responsabilidade e com certeza absoluta a autoridade que recebemos foi concedida por Deus, foi concedida pela vontade de Deus, que está lá em Provérbios 31:8, que diz que nós temos responsabilidade: “Abre a tua boca a favor do mudo, pelo direito de todos que se acham desamparados”. Somos nesta Casa a fala do povo. Evidentemente, este Poder, o Poder Legislativo jamais poderá ficar omissos às reivindicações da sociedade mato-grossense.

Quero aqui fazer um comentário, o mais rápido possível, a respeito desse novo perfil dos jovens criminosos, que aqui está na página 7A da *Folha Universal* do dia 05 de setembro: “Outra descoberta recente é o crescimento do número de jovens da classe média - um exemplo aqui citado é o Estado do Rio de Janeiro e lá a violência não é muito diferente do Estado de Mato Grosso também - da Zona Sul carioca ingressando na criminalidade. Segundo pesquisas, esses jovens, chamados ‘filhinhos de papai’, pertencem a famílias abastadas, ganham mesada, comem do bom e do melhor, vestem-se com roupas de marca e, no entanto, agem como se vivessem num mundo totalmente inverso.

Em entrevista recente a uma revista carioca, o Delegado Ivo Raposo Júnior, da 13ª DP do Rio, disse que a principal causa da crescente participação dos jovens de classe média em crimes na Zona Sul é a degradação da família”.

Aqui está a maior preocupação hoje dos segmentos evangélicos deste País, daqueles que de fato dizem que vivem a fé cristã. A família está se degradando, ela que é a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS
08:00 HORAS.

célula *mater* da sociedade. Nós acreditamos que temos uma missão muito grande, principalmente aqueles representantes, lideranças comunitárias, líderes de diversos partidos políticos neste País, temos como responsabilidade, porque hoje, infelizmente, a família brasileira, ou seja, a família mato-grossense encontra-se num quadro de descrença, de desesperança e de dissabor... E qual é a preocupação maior? Nós que estamos aqui representando os anseios populares, fomos eleitos com o objetivo de lutarmos por uma sociedade mais justa. Então, com certeza absoluta, jamais poderemos ficar omissos a qualquer situação que possa trazer prejuízo à maioria da população mato-grossense, principalmente aos segmentos desfavorecidos.

A referência que nós fazemos aqui, frente à questão dessa matéria sobre o perfil dos jovens criminosos, é porque antes comentava-se que apenas aqueles que residiam nas regiões periféricas dos grandes centros, talvez que viessem das favelas, eram os grandes culpados pelo prevaecimento do crime em toda a sociedade...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - A Presidência informa ao orador que dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. MILTON RODRIGUES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nós queremos deixar bem claro que, sem dúvida nenhuma, tem que haver uma preocupação maior no sentido de apurar a criminalidade que assola aqui o nosso Estado de Mato Grosso. Nós temos a preocupação de estarmos voltados, principalmente de lutarmos para que permaneça firme e segura a célula *mater* da sociedade, que é a família. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado André Bringsken.

O SR. ANDRÉ BRINGSKEN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, eu não poderia deixar de usar esta tribuna para também externar, neste momento, os meus sentimentos, sentimentos de todo o povo mato-grossense, pelo falecimento trágico de seu ilustre filho, cidadão de respeito, pai de família, Juiz de Direito Leopoldino Marques do Amaral.

Quero parabenizar a direção desta Casa pela posição tomada que acredito ser a posição mais coerente neste momento, pois qualquer fato precipitado, além de tumultuar o relacionamento entre os dois Poderes, poderia atrapalhar o processo investigatório da questão do assassinato do Juiz Leopoldino Marques do Amaral. Lamento profundamente esse tipo de crime, esse tipo de morte porque fere a dignidade do povo mato-grossense.

Quero dizer que o Juiz Leopoldino Marques do Amaral, teve a oportunidade de conhecê-lo bem antes da campanha deflagrada de 1998, quando procuramos, o Deputado Eliene e eu, o Juiz no sentido até de cogitarmos uma possível candidatura do Dr. Leopoldino Marques do Amaral a Governador do Estado. Na ocasião, tivemos o prazer e o privilégio de conhecer as suas idéias - ocasião em que ele, inclusive, autografou um dos seus livros "Justiça, mostra a sua cara", e ele nos colocou o seu pensamento lisonjeado pelo convite que o Partido Socialista Brasileiro na época fazia para que ele disputasse as eleições para Governador, mas que esse não era ainda o seu projeto pessoal, o seu projeto de vida. Ele ainda colocou bem claro que ele não descartaria essa possibilidade mais para frente, mas que o seu objetivo maior era poder assumir uma das vagas de desembargador para daí então continuar a luta pela justiça, dentro de um perfil que o caracterizava.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS
08:00 HORAS.

Depois, mais para frente, tive também a oportunidade de ter o Dr. Leopoldino Marques do Amaral, como Juiz da Vara da Família, realizando o meu divórcio, divórcio consensual em que a minha ex-esposa e eu chegamos diante dele, já tudo acordado, e ouvimos ali, mais uma vez, Sr. Presidente, palavras muito importantes de edificação, palavras de alguém que tinha compromisso com a sociedade, principalmente com a sociedade mato-grossense. Ele foi um dos grandes idealistas da construção de uma sociedade mais justa. Eu espero, de coração, realmente, que esse crime seja elucidado.

Hoje, pela manhã, assisti ao noticiário da imprensa e também ao Presidente da Ordem dos Advogados de Mato Grosso, Seção Mato Grosso, que dizia que a Ordem dos Advogados do Brasil já havia tomado medida desde a época das denúncias para acompanhar, criando uma comissão para acompanhar esse processo investigatório. Inclusive, na sua entrevista, ele fez menção, como o crime havia sido praticado no Paraguai, que a OAB estaria acionando, Deputado Humberto Bosaipo, a *Interpol*, que é uma polícia internacional, no sentido de ajudar a Polícia Federal nas investigações ...

O Sr. Carlos Brito - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. ANDRÉ BRINGSKEN - Concedo um aparte ao Deputado Carlos Brito, Deputado do PSDB.

O Sr. Carlos Brito - Deputado André Bringsken, com a sua permissão, somente para solicitar à Mesa que acrescente, também, a um aparte que fiz em relação ao assassinato do Dr. Leopoldino do Amaral...

Sinto-me um tanto quanto constrangido de discorrer muito sobre a sua pessoa, principalmente após morto. Teria até uma história anterior, mas exatamente por essa convivência que tive e pelas informações que pude obter a partir daí, e até o momento muitas teorias e muitos “achismos” em relação à questão... Existe um foco que, sem dúvida, precisa ser considerado. Um dos pontos mais graves das diversas denúncias que o Dr. Leopoldino levou a público foi a questão do crime organizado, foi a questão do narcotráfico. Pelas condições em que se deu o seu assassinato, pelo local onde ocorreu e por uma série de outros fatores, entendemos nós, e também pessoas próximas ao Dr. Leopoldino, que a CPI que apura a questão do Judiciário em nível nacional precisa ser agilizada, precisa ser provocada, e também a CPI do Narcotráfico, porque o entendimento é de que pelas condições do crime esteja muito mais ligado a esta parte das questões que estão sendo discutidas.

Eu gostaria, portanto - com autorização de V. Ex^a -, que somasse esta nossa preocupação, Sr. Presidente, para que também os direcionamentos que esta Casa tomar sejam também no sentido de provocar a CPI do Narcotráfico, para que tenha uma atuação bastante próxima nesta questão. Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ BRINGSKEN - Agradeço o aparte do nobre Deputado e peço que seja incorporado ao nosso pronunciamento.

Eu quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao nobre Deputado que dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. ANDRÉ BRINGSKEN - Serão suficientes, Sr. Presidente.

Eu gostaria, mais uma vez, de parabenizar a Mesa Diretora desta Casa pela preocupação que o Deputado Humberto Bosaipo externou aqui, dando assistência aos Deputados Suplentes que assumem, e neste mandato em maior número do que na gestão passada. Na gestão passada assumi, nesta Casa, por quase dois anos, também como Suplente.

Nós sabemos a dificuldade que tem o suplente por não ser o titular da vaga; muitas vezes, a estrutura que lhe cabe não é a mesma de um Deputado, apesar de constitucionalmente estar no papel e no exercício da atividade parlamentar.

Então, eu quero, mais uma vez, manifestar aqui a minha gratidão ao Deputado Humberto Bosaipo, ao Deputado Riva por essa preocupação - e na gestão passada também tive total apoio por parte do Deputado Riva para que, como Suplente, pudesse também desempenhar a função de Deputado, que é o grande anseio das bases. Muitas vezes, essas bases sentem-se frustradas porque não conseguem eleger aquele seu representante. E, quando o representante vem, na condição de suplente, e assume a vaga de Deputado, cria-se toda uma expectativa nas suas bases; por isso é importante que o Deputado suplente tenha as condições mínimas de estrutura para poder dar equação aos anseios da sua base política e, dessa maneira, desenvolver o seu papel como Deputado nesta Casa.

Faço, então, jus ao registrar a minha gratidão, a minha congratulação com a iniciativa da Mesa Diretora desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra o nobre Deputado Emanuel Pinheiro (AUSENTE). Com a palavra o nobre Deputado Gilney Viana (AUSENTE). Com a palavra, o nobre Deputado Elarmim Miranda.

O SR. ELARMIN MIRANDA - Solicito a transferência da minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido, nobre Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Hermínio J. Barreto (AUSENTE). Com a palavra, o nobre Deputado Nilson Leitão.

O SR. NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu uso deste Expediente apenas para, inicialmente, convidar todos os Deputados a participarem da semana de comemoração de aniversário da minha querida cidade, Sinop, que estará completando nesta terça-feira, dia 14, vinte anos de emancipação política-administrativa. E dizer ainda que a partir de sexta-feira passada, dia 04, iniciaram-se as comemorações com a abertura dos maiores jogos olímpicos do Estado de Mato Grosso, onde participam praticamente quatro mil atletas de diversas modalidades, entre outras atividades sociais e culturais. Nesse dia 14, além do nosso desfile comemorativo, em que participarão bandas e fanfarras de várias localidades do Brasil, teremos várias comemorações.

Sinop, essa cidade jovem, pujante, rica, que está dando grandes alegrias para o Estado de Mato Grosso, devido ao seu desenvolvimento, tem trazido, além de suas riquezas, também vários co-irmãos de outros Estados para conhecer o nosso Município. Lá chegando, fixaram residência e estão contando também a sua história no Estado de Mato Grosso.

Eu gostaria de contar com a presença de todos aqueles que puderem estar em Sinop até o dia 14, no dia do seu aniversário, quando será feriado municipal, e Sinop, como um pólo do Estado de Mato Grosso, um pólo importante, uma cidade rica economicamente, e que também tem lá as suas diversidades de população, tendo pessoas do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, do Nordeste, Rio de Janeiro, São Paulo e também mato-grossenses, daqui de Cuiabá e outras cidades do Mato Grosso, formando desta forma uma sociedade diferente para o nosso Estado.

Quero deixar os nossos parabéns a Sinop, que está completando vinte anos de emancipação política e também ao povo de Mato Grosso, que acolheu bem as pessoas que vieram de outros Estados para formar aquela sociedade sinopense. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, assumo a tribuna para denunciar a barbaridade que está instalada na SANEMAT Municipal de Cuiabá, ou como se diz agora, modernamente: Agência Municipal de Saneamento. Quer dizer, municipal até quando o Prefeito de Cuiabá conseguir dilapidar o patrimônio público e privatizar. Mas, antes disso, é responsabilidade não declinável da Prefeitura garantir a qualidade da água, que é ofertada aos seus munícipes.

E, em verdade, em vários bairros, segundo informações que nos são prestadas, a água não tem qualidade de potabilidade, é imprópria ao consumo, ou seja, estão vendendo água contaminada à população! Desculpem-me pela expressão: “com cocô”!

(O SR. CARLOS BRITO FALA DE SUA BANCADA: “Coliformes fecais!”)

O SR. GILNEY VIANA - Com coliformes fecais!

Ontem mesmo eu fui à COHAB São Gonçalo, um bairro aqui da periferia de Cuiabá, mas um bairro tradicional, onde o povo organizadamente está pedindo à Agência Municipal de Saneamento que cumpra as suas obrigações contratuais. Porque o povo de lá paga pela água e não recebe na quantidade devida. O povo de lá compra a água com a presunção de que a qualidade seja de potabilidade. O povo oferece a água que compra às suas crianças, presumindo que as crianças não vão sofrer risco de uma intoxicação, de uma diarreia e eventualmente uma desidratação e morte.

E, na verdade, a prova aponta claramente, Deputado Carlos Brito, e eu sei que V. Ex^a está acompanhando esse assunto...

Os moradores do bairro tomaram duas atitudes que eu faço questão de registrar aqui. Primeiro, eles coletaram duas amostras de água, da água que é ofertada ao consumo. Primeiro, da saída do cavalete do poço semi-artesiano e, segundo, do cavalete da residência. Ou seja, da água que sai imediatamente da fonte, garantida pela SANEMAT, e a outra quando chega à residência. Sabe o que aconteceu? Tanto a água que sai da fonte, quer dizer, do poço artesiano, tanto a água que chega à residência estão contaminadas pelos coliformes fecais.

Então, aqui está o laudo bacteriológico do laboratório de análises químicas de controle de qualidade, assinado pelo técnico Makson Anunciação, Químico devidamente qualificado, identificando a improbidade da água - eu diria improbidade moral da Agência Municipal de Saneamento - e a impropriedade da água para o consumo.

O segundo fato, antes de dar o aparte a V. Ex^a, Deputado Carlos Brito, é que aquela praça que V. Ex^a lutou para que o Executivo realizasse ali - e, aliás, em função disso V. Ex^a só tem méritos, por poder trazer um benefício para a comunidade - aquela praça virou uma praça de guerra, sabe por quê? Porque a água não é jorrada e jogada com suficiente pressão para atender toda a demanda. Aí, o que está acontecendo? Os moradores foram lá, romperam o lacre e instalaram a mangueira diretamente na boca, na saída da água do poço artesiano e virou uma verdadeira guerra de mangueiras. É uma verdadeira guerra de mangueiras lá! Aquela praça bonita pela qual V. Ex^a tanto lutou, virou uma praça de guerra, cada um com a sua mangueira: “Olha, deixa eu colocar a minha mangueira aí no bico de saída da água para jorrar um pouco de água para a minha residência?” Ou seja, é uma burla o que a administração municipal está fazendo, especialmente a Agência Municipal de Saneamento.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito - Deputado Gilney Viana, rapidamente tratando a questão sob duas óticas: primeiro, da falta d'água da COHAB São Gonçalo. Ocorre que, como já disse, lá foi construído pela COHAB de Mato Grosso, há quase vinte anos atrás. O sistema de abastecimento de água e de captação de esgoto foram projetados para uma determinada demanda, considerando o número de unidades habitacionais. Com o passar dos anos, pela ação de algumas pessoas inconseqüentes e, também, pela omissão dos poderes públicos, as diversas áreas públicas comunitárias, institucionais do bairro, acabaram sendo ocupadas de forma irregular também com habitações, ou seja, aumentou-se a demanda, sem ampliar-se a oferta da água, sem ampliar o sistema fornecedor da água.

Portanto, é natural que havendo maior consumo e menos produtividade, não vai haver um equilíbrio, vai faltar água! Hoje, como solução, o Prefeito... Esse é um problema que já ocorre há quase 10 anos! Ocorria no Parque Cuiabá, foi bastante amenizado, agora a COHAB São Gonçalo, em razão também da seca, fica com a situação bastante agravada. O Prefeito Roberto França, participando de uma atividade no bairro, determinou a licitação pública para que seja feita uma adutora da Estação do Tijucal e ainda uma complementar do próprio Parque Cuiabá, para o reforço do sistema na COHAB São Gonçalo, a fim de ampliar a capacidade de fornecimento de água.

Agora, com relação à qualidade da água fornecida e a demora nas providências para a solução da própria falta de água, Deputado Gilney...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO)

O Sr. Carlos Brito - ...Eu quero dizer a V. Ex^a que a melhor forma de eu ajudar o Prefeito Roberto França, aqui nesta tribuna, é neste ponto concordar com V. Ex^a...

O SR. GILNEY VIANA - Eu agradeço.

O Sr. Carlos Brito - ...pela ineficiência da Agência Municipal de Saneamento. Pela demora na solução das questões e, principalmente, pela demora no cumprimento da ordem do Sr. Prefeito Municipal, para que o titular daquela Pasta tomasse as providências em respeito àquela comunidade. Pior ainda, Deputado Gilney Viana, porque aí vem de lá a assessoria dele, Engenheiro Gaiva, se me recordo...

O SR. GILNEY VIANA - É esse aí.

O Sr. Carlos Brito - ...Aí diz que está tirando a água do Parque Cuiabá para colocar lá na COHAB São Gonçalo. Ora, como é que você vai tirar de lá, que está mal resolvido, sem ampliar também a capacidade da ETA, para poder, então, distribuir um pouco mais para a COHAB São Gonçalo, Parque Atalaia e outros bairros lá?

Então, falam demais, essa equipe da Agência Municipal de Saneamento demora demais, e mais ainda para tomar as providências. Portanto, nesse ponto eu concordo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - A Presidência informa ao nobre Deputado Gilney Viana que dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento e, também, nesse período não é permitido aparte.

O Sr. Carlos Brito - Muito obrigado.

O SR. GILNEY VIANA - Nobre Deputado Carlos Brito, V. Ex^a é conhecedor da realidade e eu gostaria de registrar que com muita honestidade, reconhece que a crítica nossa é válida e corresponde à verdade.

Segundo, V. Ex^a, durante anos, lutou ali no Bairro Parque Cuiabá para que ele tivesse uma condição de sobrevivência, com vida digna, com qualidade de vida e o mesmo com relação ao São Gonçalo, que é a COHAB que lhe é mais próxima.

Agora, vejam bem, o Sr. Zito Adrien, que é o administrador da Agência Municipal de Saneamento, ele quis desqualificar a denúncia do povo, dos moradores lá da COHAB São Gonçalo, falando que ele não sabia como teriam sido coletadas as amostras d'água. Ora, por que o Sr. Zito Adrien não vai lá na praça do poço artesiano para ver a briga que está instalada lá? Ele está achando que aquilo é fruto de um agitador, de um caso do PT? Eu gostaria de dizer que fui lá a convite não do Partido dos Trabalhadores, mas de uma Senhora, a Sr^a Silvana Campos, que não é do Partido dos Trabalhadores, e era uma reunião convocada - infelizmente, o Presidente da Associação de Moradores não estava presente, talvez por omissão, talvez por outra tarefa.

Eu quero dizer que os moradores entraram com uma queixa no PROCON e o Sr. Zito Adrien, que hoje deveria estar depondo no PROCON, viajou e essa audiência ficou para o dia 16.

Queria registrar, aqui, que os moradores também entraram na Justiça para fazer valer os seus direitos de consumidores. Muito corretamente. Eu diria que deveriam ser ressarcidos do pagamento das contas que foram saldadas junto à Agência Municipal de Saneamento. Se tudo isso é verdadeiro, eu sinto muito em dizer que já tínhamos constatado que as condições sanitárias das instalações das unidades de saúde estão precárias, Deputado Carlos Brito, e que infelizmente o Governo de V. Ex^a, aqui na Prefeitura Municipal, está devendo à população, nessa área de saneamento, na área de saúde, com o qual nós trabalhamos juntos na Comissão Especial - inclusive, teve o seu período de funcionamento prorrogado, para que nós façamos um Relatório sem exacerbação, mas com bastante frieza, honestidade para atender demandas justas do povo que quer não apenas água potável, mas também que a unidade de saúde possa corrigir o que os coliformes fecais do Sr. Zito Adrien lhes causa em doença! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Não havendo mais nenhum orador inscrito e antes de encerrar a presente Sessão, convocamos a próxima para terça-feira, no horário regimental.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Carlos Brito, Pedro Satélite e André Bringsken; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Emanuel Pinheiro e Everaldo Simões; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shessarenko; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Elarmin Miranda; da Bancada do Partido Social Democrático - Milton Rodrigues; da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - Joaquim Sucena; do Bloco Parlamentar Frente e Cidadania - Alencar Soares (PSDB), Carlão Nascimento (PSDB), Jair Mariano (PPS), Riva (PSDB), Nilson Leitão (PSDB) e Rene Barbour (PSDB); do Bloco Parlamentar Autonomia - Amador Tut (PL), Benedito Pinto (SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA), Hermínio J. Barreto (PL), Silval Barbosa (PTB) e Wilson Teixeira Dentinho; Humberto Bosaipo (SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA).

Deixaram de comparecer a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: José Carlos Freitas, do PPB, e Romoaldo Júnior (SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA).

Nada mais havendo a tratar, declaro levantada a presente Sessão. (LEVANTA-SE A SESSÃO).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS
08:00 HORAS.

Conferida por Regina Céli Arruda.